

Classes sociais e luta de classes: atualidade dos conceitos

Marcelo Badaró Mattos*

A discussão sobre a atualidade dos conceitos de classe e luta de classes precisa ser feita tendo em vista dois eixos de análise. O primeiro deles é o recuo no seu emprego por cientistas sociais em geral e historiadores em particular. O segundo eixo diz respeito às razões pelas quais tais pesquisadores identificam na atualidade uma configuração social em que as classes sociais e suas lutas já não seriam auto-referências para os grupos humanos, ou o seriam numa escala muito limitada e secundária, o que significaria sua fragilidade como conceitos-chave para o entendimento do presente, ou mesmo do passado. Não faltaram historiadores a afirmar que a suposta perda da centralidade do referencial classista na atualidade definia a necessidade de relativizar o emprego do mesmo referencial de análise aos últimos séculos passados. Como parece proceder o britânico Patrick Joyce:

“Há um sentido forte no qual se pode dizer que a classe ‘caiu’. Em vez de ser uma categoria superior de explicação histórica, a classe tornou-se uma palavra entre muitas, compartilhando de uma igualdade aproximada com essas outras (o que é o sentido em que entendo a ‘queda’ da classe). As razões desse fato não são difíceis de encontrar. Na Grã-Bretanha, a decadência econômica e a reestruturação levaram à desintegração do velho setor do emprego manual e do que era, equivocadamente, considerado como classe operária ‘tradicional’. A ascensão da direita a partir da década de 1970 e a decadência da esquerda, juntamente com a dos sindicatos, apontaram para uma direção semelhante à da mudança econômica, para um afrouxamento do domínio da classe e do trabalho baseado em categorias profissionais, não apenas na mente dos acadêmicos, mas também em um público mais amplo. As mudanças ocorridas na Grã-Bretanha repetiram-se também em outros países, embora a maior mudança de todas tenha sido a desintegração do comunismo mundial e, com ela, a batida em retirada do marxismo intelectual.”¹

Ou seja, se na atualidade do autor, por várias razões, a classe “caiu”, então ela também deve “cair” como “categoria superior de explicação histórica”. Ainda que concordássemos com a avaliação do presente feita por Joyce (e não concordamos), não há razão lógica mais forte para supor que a retirada da classe hoje signifique a inoperância do conceito para análises de sociedades pretéritas.

As teses sobre o recuo da classe na atualidade – intimamente associadas à idéia de perda da centralidade do trabalho – são tentativas de resposta analítica a uma série de transformações pelas quais vem passando a economia capitalista em escala internacional ao longo das últimas três décadas, pelo menos. Podemos localizar a origem de tais mudanças na busca do capital por reerguer-se de uma crise estrutural, iniciada nos anos 1970, marcada pelas quedas nas taxas de lucro e crescimento econômico, mas também pelas contestações operárias ao padrão fordista de exploração do trabalho, ocorridas em vários países de desenvolvimento industrial avançado nos últimos anos da década de 1960 e primeiros anos da década de 1970.

* Professor do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense - Brasil

¹ Citado em Savage & Milles. *The remaking of the british working class. 1840-1940*. Londres, Routledge, 1994.

Definimos tal crise como estrutural, não por considerá-la como definitiva, mas o fazemos seguindo as pistas de François Chesnais, que demonstra como as crises que o noticiário normalmente associa ao mercado financeiro, ou a determinadas regiões (crise mexicana, crise asiática, crise russa, crise brasileira, crise argentina...), são na verdade manifestações de uma crise "mundial e que ela é a expressão de contradições econômicas e políticas profundas".² Podemos dimensioná-la através de indicadores que demonstram uma queda do crescimento dos países industrializados, que oscilava em torno da taxa de 5,5% ao ano (1965) nos anos 1960 e regrediu a taxas de 2% (1995) ao ano na década de 1990. Essa análise pode ganhar maior concretude quando aplicada ao carro-chefe da economia mundial, os Estados Unidos, e agregando aos dados sobre a taxa de crescimento as informações sobre as taxas de lucro. Segundo os cálculos de Robert Brenner, a taxa de lucro líquido do setor manufatureiro nos EUA caiu de 24,35%, no período 1950-1970, para 14,5% , nos anos 1970-1993. No G7, as mesmas taxas eram de 26,2% e 15,7%, respectivamente.³

As saídas para a crise implementadas pelo capital tiveram, como já havia sido experimentado em momentos anteriores, uma face mais diretamente relacionada às mudanças na organização da produção – no “chão da fábrica” –, comumente definidas como “reestruturação produtiva”. Mas, lembrando a perspectiva de análise da reprodução ampliada do capital proposta por Marx, houve também uma face mais “política” deste processo, associada à emergência de políticas neoliberais.

Quanto à reestruturação produtiva do capital, o acúmulo de análises recentes tornaria repetitivas, para o intuito deste texto, considerações mais gerais.⁴ Destacam-se algumas características fundamentais do processo por que passam as economias capitalistas, em resposta à crise estrutural do capitalismo que se seguiu às três décadas de prosperidade do pós-guerra, particularmente as que afetam mais diretamente as relações de trabalho. Citamos: a) a nova fase da internacionalização do capital, cuja face mais visível é o capital financeiro especulativo, ao qual os capitalistas recorrem em maior escala para investimentos dada a queda da taxa de lucro no setor produtivo, mas que é também marcada, no nível da produção, por uma integração em escala planetária do processo produtivo das grandes empresas transnacionais; b) o encolhimento industrial, no que se refere ao percentual da população economicamente ativa empregada no setor secundário das economias de industrialização avançada (com uma ampliação, não na mesma escala, do emprego em serviços) e à participação do setor na formação das rendas nacionais, embora em paralelo tenha se dado a industrialização acelerada de outras áreas do globo; c) a introdução, com inédita rapidez e generalização, de novas tecnologias poupadoras do tempo de trabalho necessário; d) as mudanças nas técnicas de gerenciamento do trabalho e da produção, com incentivo à polivalência do operário, bem como o estímulo a novas formas de colaboração entre capital e trabalho no âmbito da empresa, através de estratégias gerenciais de compromisso dos trabalhadores com o aumento da produtividade.

Em paralelo, teve lugar uma generalização das políticas neoliberais, como complemento estatal às mudanças nas empresas. Tal avanço do neoliberalismo foi caracterizado pela retirada do Estado de setores produtivos, embora seu papel de arrecadação, controle da força de trabalho, e agente regulador das taxas de câmbio, juros e do mercado financeiro, continue a ser estratégico para o capital, desmentindo a idéia de um “Estado mínimo”. A face principal do neoliberalismo quando aplicado à ação estatal, entretanto, foi constituída pela redução das políticas sociais compensatórias e derrubada das garantias legais dos “direitos trabalhistas” – limites à exploração direta do trabalho pelo capital, conquistadas pelas

² Chesnais, François. "Rumo a uma mudança total dos parâmetros econômicos mundiais dos enfrentamentos políticos e sociais". *Outubro*, no. 1. São Paulo, IES, maio de 1998, p. 30.

³ Brenner, Robert. *O boom e a bolha. Os estados Unidos na economia mundial*. Rio de Janeiro, Record, 2003

⁴ A melhor análise em português sobre os impactos da reestruturação no mundo do trabalho é a de Ricardo Antunes. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo, Boitempo, 1999.

lutas dos trabalhadores nos últimos dois séculos.

Diante de tantas transformações, ocorreu, por certo, uma mudança na composição da classe trabalhadora, processo contraditório que significou, em alguns casos, um crescimento considerável das exigências de qualificação do trabalhador e, em outros, um retorno às formas mais selvagens de exploração da mão-de-obra, como o trabalho infantil, ou o análogo à escravidão. As marcas mais visíveis de um quadro geral de precarização das relações de trabalho são: o emprego de um número cada vez maior de mulheres, com salários inferiores aos pagos aos homens nas mesmas posições no mercado de trabalho; as formas de contratação temporária ou por tempo parcial (muitas vezes autorizadas por reformas neoliberais da legislação trabalhista); os processos de “terceirização”; o crescimento do trabalho “informal”; e, principalmente, a elevação generalizada das taxas de desemprego aberto.

Os impactos de tal processo sobre os sindicatos foram evidentes. Entre outros motivos porque: para conter as mobilizações, comparações internacionais de produtividade e novas propostas de “trabalho participativo”, ou seja, de colaboração entre capital e trabalho, foram associadas à ameaça de desemprego; houve transferência de plantas para áreas de menor atividade sindical; há uma crescente desregulamentação do mercado de trabalho; encolheram os setores tradicionalmente estruturantes do sindicalismo operário típico (como os metalúrgicos), e tudo isto se refletiu em fragmentação das organizações e diminuição da filiação sindical, em várias partes do mundo. Também os partidos da classe, em suas variantes social-democrata/trabalhista ou comunista, sofreram um retrocesso em peso político-eleitoral nos países da Europa Ocidental na década de 1980, algo que se acentuaria a partir de 1989 com a queda dos regimes do Leste Europeu, que serviam de referência para tais partidos (como modelo para os comunistas ou como alternativa mais radical à qual os social-democratas se antepunham, afirmando ser possível evitá-la através de reformas que não alterassem profundamente a estrutura social). O reerguimento eleitoral dos partidos social-democratas/trabalhistas, bem como de algumas agremiações partidárias originadas dos antigos partidos comunistas, deu-se à custa de sua completa domesticação pelos princípios neoliberais (“não há alternativas”, repete o coro).

Frente a esse quadro de transformações econômicas e políticas profundas, uma tendência de análise começou a se esboçar, ganhando corpo entre os cientistas sociais europeus nos anos 1980. Diante das transformações na organização da produção, de mudanças na composição da classe e de recuo das instituições e caminhos de ação política operária tradicional, muitos falaram em um esgotamento das possibilidades de analisar a realidade social contemporânea (quando não analisar o social em geral) e de propor alternativas políticas a partir de critérios de classe.

Para alguns, as mudanças indicariam o fim da centralidade do trabalho, no seu uso como categoria de análise ou na experiência de vida da maioria da população. Para explicar este fenômeno, costuma-se recorrer a um argumento “em cascata”: entre o contingente de aptos ao trabalho, em cada país de industrialização avançada, são minoria os que trabalham (aposentados, estudantes, donas de casa, entre outros grupos, somam a maioria); entre estes, muitos tem empregos irregulares, ou vivem de pequenos negócios e trabalho por conta própria, além dos desempregados por muito tempo; e entre os que trabalham regularmente, seria cada vez menor a jornada de trabalho necessária à manutenção do ritmo de produção, criando uma expectativa por férias, lazer e vida familiar que consome a maior parte do tempo e das preocupações destes trabalhadores. Claus Offe foi um dos autores a teorizar sobre o fim da “sociedade do trabalho”, afirmando que:

“as formas contemporâneas de atividade social normalmente designadas como ‘trabalho’ não tem uma racionalidade comum nem características empíricas compartilhadas, e (...)

nesse sentido o trabalho não é apenas objetivamente amorfo, mas também está se tornando subjetivamente periférico.”⁵

Por isso, para Offe, as ciências sociais estariam desafiadas a lançar as bases de uma nova perspectiva de análise:

“Uma teoria dinâmica da mudança social deve procurar explicar por que a esfera do trabalho e da produção, em consequência da ‘implosão’ de seu poder de determinar a vida social, perde sua capacidade de estruturação e de organização, liberando assim novos campos de ação caracterizados por novos agentes e por uma nova forma de racionalidade.”⁶

Para outros analistas, o mesmo quadro de transformações estruturais e de declínio das organizações e formas de ação tradicionais do operariado indicaria principalmente o esgotamento da proposta de transformação social centrada nos trabalhadores como atores principais. As novas tecnologias abririam a possibilidade de uma redução do tempo de trabalho e a construção de uma sociabilidade plena de significados fora do ambiente do trabalho. Os protagonistas de uma mudança deste tipo, no entanto, não seriam os trabalhadores, mas, conforme André Gorz, seriam “a não classe dos não trabalhadores”. Para Gorz:

“O marxismo está em crise porque há uma crise do movimento operário. Rompeu-se, ao longo dos últimos vinte anos, o fio entre desenvolvimento das forças produtivas e desenvolvimento das contradições capitalistas. (...) Na verdade, o desenvolvimento do capitalismo produziu uma classe operária que, em sua maior parte, não é capaz de se tornar dona dos meios de produção e cujos interesses diretamente conscientes não estão de acordo com uma racionalidade socialista. É esse o ponto em que estamos. O capitalismo deu nascimento a uma classe operária (mais amplamente: um salariado) cujos interesses, capacidades e qualificações estão na dependência de forças produtivas elas mesmas funcionais apenas com relação à racionalidade capitalista.”⁷

Pode-se argumentar que esse tipo de análise, típico dos anos 80, foi confrontado com os fatos nos anos 90. Em primeiro lugar, porque as inovações tecnológicas, além de enxugarem quadros, se fizeram acompanhar, não de redução, mas de uma intensificação do ritmo da produção e mesmo da jornada de trabalho dos que permaneceram na produção. Em segundo lugar, porque as tradicionais rotinas fordistas de produção reatualizaram-se em novos domínios, adaptando-se a certas áreas do comércio e dos serviços.⁸

Por outro lado, as múltiplas e precárias formas novas de trabalho mantêm intacta a desigualdade econômica fundamental entre produtores diretos e proprietários a que se referia Marx, em suas obras. O

⁵ Offe, Claus. *Capitalismo Desorganizado*. São Paulo, Brasiliense, 1989, p. 194.

⁶ Idem, *ibidem*, p. 197.

⁷ Gorz, Andre. *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1987, pp. 25-26.

⁸ Beynon, Huw cita o exemplo dos tempos rígidos e da rotina de divisão de tarefas da rede de lanchonetes MacDonalds, para ilustrar essa permanência de certas características fordistas em áreas não industriais, no texto “As práticas do trabalho em mutação”. In Antunes, Ricardo (org.). *Neoliberalismo, trabalho e sindicato. Reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra*. São Paulo, Boitempo, 1997, p. 14.

convívio “pacífico” - pacífico para o capital - entre desemprego estrutural e ampliação do trabalho infantil em todo o mundo, para ficarmos apenas em um exemplo contrastante, atesta que a velha divisão entre exploradores e explorados está longe de ter sido superada. Pelo contrário, a nova diversidade da classe trabalhadora (com diferenças entre trabalho formal, informal, precário, terceirizado, eventual, diferenças de gênero, etc.) não pode ser compreendida senão nos marcos da luta de classes. É no interior das estratégias do capital para elevar a “produtividade” do trabalho - ou seja, elevar o grau de exploração - que podemos entender o esforço para diversificar as formas de extração do sobre-trabalho, criando novas fragmentações e novas dificuldades para as organizações representativas dos trabalhadores.

Finalmente, é bom lembrar que o alegado desaparecimento do papel central das organizações de classe, em função do recuo dos sindicatos e partidos de esquerda tradicionais, apresentado como corolário das teses sobre o fim da centralidade do trabalho e dos trabalhadores, foi desmentido quando do surgimento de movimentos sociais fortes, centrados na representação sindical - como as greves européias da segunda metade dos anos 1990, iniciadas por uma grande greve francesa na virada do ano de 1995 para 1996.⁹ Não desprezível, embora não necessariamente protagonista, tem sido também o papel dos sindicatos nos movimentos contra a globalização e as guerras imperialistas, que assumiram maiores proporções no início do século XXI e cuja expressão mais visível é a realização dos Fóruns Sociais Mundiais. De fato, são dados sensíveis tanto o declínio do protagonismo do setor operário da classe trabalhadora quanto a ascensão de movimentos sociais cujo centro não é o local da produção. Porém, retomando a caracterização da reprodução (cada vez mais) ampliada do capital, nada nos autoriza a desprezar o sentido anti-capitalista que tais movimentos podem assumir, nem tampouco a negligenciar o potencial protagonista da classe trabalhadora em sua dimensão ampliada (que inclui, por óbvio, precarizados e desempregados).

Mais importante, porém, é marcar os limites teóricos daquelas interpretações que anunciaram o fim da classe como fenômeno histórico e, portanto, a inutilidade do conceito para a análise da sociedade.

É possível perceber, que a maior parte dessas análises percorre um caminho direto que vai do contexto aos produtos (ou das causas às consequências). Das transformações no nível econômico-estrutural – entendidas como 3ª. revolução industrial; novo padrão toyotista de organização da produção; ou simplesmente inovação tecnológica – decorreriam mudanças sociais e políticas profundas. Entre estas mudanças, destacar-se-iam: um declínio quantitativo associado a uma alteração qualitativa do contingente operário; bem como uma crise de identidade operária. No fundo, por mais sofisticados que tais analistas se proclamem e por mais distante que a maioria pretenda se colocar do marxismo chamado ortodoxo, seus pressupostos de análise são os mesmos dos que derivam mecanicamente das determinações estruturais (mudanças econômico-tecnológicas) o comportamento social dos grupos sociais. Trata-se aqui de economicismo, ou mais restritamente, determinismo tecnológico.¹⁰

⁹ Abordei esse movimento no artigo “Os sindicatos e os dilemas das democracias contemporâneas: reações sindicais às propostas recentes de reforma previdenciária na França e no Brasil.” *Universidade e Sociedade*, Brasília, n. 12, 1997. E também no capítulo “Políticas nacionais e poder sindical: uma perspectiva comparada.” In Mendonça, Sonia Regina de; Motta, Márcia Maria Menendes. (Org.). *Nação e Poder: as dimensões da História*. Niterói, EdUFF, 1998.

¹⁰ Para uma crítica do determinismo tecnológico e sua incompatibilidade com a obra de Marx, ver Wood, Ellen M. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo, Boitempo, 2003, especialmente o 4º capítulo da primeira parte.

Por isso recorremos à afirmação da dimensão ampliada da reprodução do capital, que gera um desenho das classes sociais e de seus conflitos muito mais amplo do que simplesmente o originado nos locais de trabalho, conforme a análise já comentada de Bensaid, derivada de sua leitura do *Capital* de Marx.¹¹ Ou recordamos, também, as já citadas críticas variadas à tradição marxista mais próxima ao economicismo, para refutar as teses do fim da centralidade do trabalho. Ou ainda retomamos o alerta de Thompson, baseado em Marx, de que ao invés de uma primazia do “econômico” – que toma tudo o que não se resume ao padrão de desenvolvimento das forças produtivas à posição de reflexos secundários – o estudo da formação de classe deve estar atento para a “simultaneidade da manifestação de relações produtivas particulares em todos os sistemas e áreas da vida social”.¹²

Fatores como a maior presença da força de trabalho empregada nos serviços, a participação paritária das mulheres no mercado de trabalho, o grande número de pessoas que vivem entre o emprego e o desemprego (e entre mercado formal e informal de trabalho, entre trabalho em tempo parcial e integral, etc.) podem ser melhor entendidos assim como elementos que, embora não possam nem devam ser desprezados, indicam, não o fim, mas uma mudança no perfil da classe, uma nova etapa da sua formação (ou uma re-formação), como outras que ocorreram ao longo dos últimos dois séculos da história da classe trabalhadora e de suas lutas contra o capital.¹³

História: análise do passado, economia política e projeto social

Quando Josep Fontana afirmou que na produção sobre a história havia sempre “história, ‘economia política’ e projeto social” e que estas faces “encontram-se indissolúvelmente unidas”,¹⁴ sua proposta de entendimento dos trabalhos dos historiadores levava em conta que toda análise do passado produzida por eles comportava uma dada leitura da realidade presente quando da realização de tal análise e um certo projeto de futuro (ainda que implícito).

Percorrendo o caminho inverso – na verdade uma via sempre de mão dupla – poderíamos estabelecer um confronto entre as propostas interpretativas que partem do pressuposto da inconsistência ou do papel secundário dos conceitos de classes e luta de classes hoje, portanto construídas conforme uma dada “economia política” (“uma explicação do sistema de relações entre os homens, que serve para justificá-las e racionalizá-las”, nas palavras de Fontana), com algumas das principais “lições” dos estudos sobre o passado informados pela tradição crítica do materialismo histórico.

Retomamos aqui algumas conclusões sobre processos históricos de formação das classes e de suas lutas, a partir de estudos como os desenvolvidos pela história social britânica. Pensamos, por exemplo, na ênfase com que Thompson rejeitou a equação simplificadora “energia a vapor e indústria algodoeira = nova classe operária”, para afirmar que o fazer-se da classe fora “um fato tanto da história política e cultural quanto da econômica.”¹⁵

¹¹ Bensaid, Daniel. *Marx o intempestivo: grandezas e misérias de uma aventura crítica (séculos XIX e XX)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999.

¹² E. P. Thompson. “Folclore, antropologia e história social”. In *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, EdUnicamp, 2003, p. 254.

¹³ Beynon, Huw. “A destruição da classe operária inglesa?”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Nº 27. São Paulo, fev. 1995, p. 16.

¹⁴ Fontana, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. São Paulo, Edusc, 1998. ,op. cit., p. 10.

¹⁵ Thompson, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1987-1988, 3 vols. (1a. ed. inglesa, *The Making of the English Working Class*, de 1963), vol. 2., pp. 13 e 17.

Uma questão que retomaria em outras bases em um estudo sobre a imposição da disciplina do trabalho, em fins do século XVIII na Inglaterra, no qual avalia o peso do controle sobre o tempo, na fase final de transição para a sociedade industrial “madura” (o capitalismo industrial), quando observou “uma reestruturação rigorosa dos hábitos de trabalho – novas disciplinas, novos estímulos, e uma nova natureza humana em que esses estímulos atuassem efetivamente.” Tal reestruturação, segundo Thompson, não era “uma questão de técnicas novas, mas de uma percepção mais aguçada dos empresários capitalistas empreendedores quanto ao uso parcimonioso do tempo.”¹⁶

De abordagens como essas, podemos derivar algumas conseqüências para análises sobre as classes – entendidas como processo e relação – e sobre as lutas de classe, em outros momentos históricos, como o nosso passado mais recente. Uma primeira diz respeito ao fato de que o quadro econômico informa sobre parte dos aspectos envolvidos na caracterização da classe. Consciência e ação coletiva não podem ser tomadas como “decorrências” diretas de mudanças econômicas do sistema capitalista (até porque uma das características estruturais do capitalismo, como demonstraram Marx e Engels no *Manifesto* é a contínua mudança).

Também dos estudos históricos sobre processos de formação da classe depreendemos que a relação de trabalho assalariado, mesmo a fabril (que não é a única, embora seja central por ser *locus* da produção de valores e de mais-valia), em uma fase de reestruturação profunda como a que analisou Thompson, não se caracterizou apenas pelo peso da inovação tecnológica (a máquina) sobre os homens. É necessária atenção aos controles sobre a força de trabalho para compreender a dominação fabril. Invertendo o “determinismo tecnológico”, é possível pensar, em certos contextos, que não são as novas tecnologias que geram a subordinação dos trabalhadores, mas que o esforço dos capitalistas em manter tal dominação em contexto de crise – a dinâmica da luta de classes – inclui a mudança tecnológica.

Cabe lembrar ainda que, os estudos históricos demonstram que a heterogeneidade é componente da classe trabalhadora e necessariamente deve ser contextualizada historicamente. Os momentos de unidade para ação coletiva (via sindicatos ou partidos, por exemplo), em que se evidencia a prevalência da unidade de classe sobre a diversidade, sempre foram exceção, não regra (afinal, os trabalhadores são classe dominada). Tais constatações da pesquisa histórica, assim como uma série de conseqüências do emprego do referencial materialista da história para uma análise das classes e da luta de classes, têm que ser ignoradas para caracterizar-se o quadro recente como de fim da classe. Portanto, para estabelecer suas bases, tais estudos precisam ignorar as lutas de classe do passado, tanto quanto as do nosso presente. Mas, elas não se cansam de bater à porta.

¹⁶ Thompson, E. P. “Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial”. In *Costumes. Em Comum*. São Paulo, Cia. Das Letras, 1998, pp. 269 e 286.